

POVOS E MARES: UMA RETROSPECTIVA DE - SÓCIO-ANTROPOLOGIA MARÍTIMA

"Je ne sais quel mystère flotte sur cette mer, dont les gestes lentement terrifiants semblent évoquer une âme qui s'y cache."

H. Melville

"Ulisses ficou satisfeito com aquele vento, quando içou a vela e sentou-se junto do leme, como um marinheiro... Ele contemplou as Plêiades, e o Cocheiro que tarde se põe, e a Ursa ou Auriga como alguns a chamam, cujas rodas giram sem parar onde estão, em face de Orion, e, única entre todas elas, jamais se banha no Oceano. Calipso advertira-o que conservasse a Ursa à sua esquerda quando navegasse pelo mar."

Homero

O mar-oceano desde os primórdios da humanidade exerce um fascínio sobre o homem, marcado pelo amor, respeito, terror e ódio. Como afirma Föex (1964):

"Verde ou azul, liso como um espelho ou ondulado pelo vento, morno ou gelado, calmo ou catastrófico, o mar, aos olhos dos marinheiros, nunca é o amigo fiel, confiável, ele é estranho ao homem, instável ou, no melhor dos casos, indiferente, mas pode ser o Mar Tenebroso, superfície que dissimula infernos insondáveis, ameaça jamais afastada de suplícios da fome, da sede e de morte lenta... Os portos dos marinheiros são, raras vezes, traços de união entre a terra e o mar, muito freqüentemente são cidadelas terrestres opostas ao mar." (p.11)

Na história passada da humanidade eram mais freqüentes os naufrágios que as chegadas felizes aos portos. A viagem mítica de Ulisses, apesar de seu final feliz está marcada pelas tempestades que quebram os navios, por monstros marinhos que ameaçam submergir as frágeis embarcações e por sereias que, com suas cantigas amorosas, atraem os marinheiros para o naufrágio final. Ulisses não teria podido escapar da morte, se não fosse a ajuda dos deuses protetores:

"Uma grande onda avançou, agigantando-se acima dele e fez rolar a embarcação. Ele foi obrigado a largar o leme e caiu na água (...). O mastro partiu-se pelo meio, quando a terrível tempestade de ventos furiosos o atingiu. A vela e as vergas foram arrancadas da jangada... As vagas se sucediam em torno dela. Como o vento norte, no outono arrasta os pedaços de cardo e os leva pela planície, rolando, assim os ventos empurravam a jangada sobre a água (...). Ino, porém, avistou Ulisses. Era uma linda criatura, filha de Cadmo: outrora mortal, que falava com voz humana, era agora Leucotéia, a Deusa do Branco Mar, a quem os deuses tinham honrado no oceano salgado. Ela apiedou-se de Ulisses, ao vê-lo naquele estado miserável."

(Odisséia, p.65)

Não somente o mar de Ulisses, mas principalmente o Mar Tenebroso, o Atlântico, era habitado por monstros, demônios e as almas dos condenados que provocavam as tempestades. Não somente o herói mítico pede auxílio aos deuses como também os marinheiros portugueses e espanhóis lançam relíquias ao mar para apaziguar as tempestades. Ainda hoje, o temor e o respeito pelo mar se reflete nos inúmeros ex-votos fixados nas "salas de milagres" das igrejas de todo o mundo. Através deles, os navegadores representavam os perigos por que passaram, os acidentes e naufrágios, agradecendo a Deus e aos santos protetores a salvação.

O mar para Ulisses é antes um caminho, uma provação para chegar ao litoral acolhedor de sua terra natal:

"Digo-vos que nada é pior que o mar para cansar um homem, por mais forte que seja."

(Odisséia, p.88)

Mesmo depois dos naufrágios é o desejo das praias de sua terra natal, Ítaca, que impelia Ulisses a embarcar:

"Quando se levantou a mais brilhante das estrelas que vem para nos anunciar que o dia está próximo, o navio avizinhava-se de uma ilha. Era o porto de Fórcis, o Velho do Mar, na ilha de Ítaca. Dois promontórios o rodeiam, com flancos íngremes descendo até a barra, protegendo-a contra as vagas que os ruidosos ventos levantam do lado de fora: no interior, os navios de bom tamanho podiam fundear sem âncora... Ulisses acordou. Estava deitado no solo da pátria e não sabia, pois estivera ausente muito tempo."

(Odisséia, p.146-9)

Como afirma Corbin (1989), até o século XVIII, na Europa, o mar não se confundia com o litoral tranqüilo, local de descanso e recreação, mas com as forças selvagens da natureza. A própria Bíblia transmite essa imagem no Gênese que

"(...) impõe a visão do "Grande Abismo", lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus (...). Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina." (p.12)

O litoral, até o século XVIII, não é somente o lugar da chegada, da tranqüilidade, mas o receptáculo dos dejetos produzidos pelo próprio mar e também o palco das catástrofes e dos naufrágios (Corbin, 1989). Mesmo depois do naufrágio, ao chegar à costa, Ulisses percebe os perigos existentes ao dizer:

"Cheguei ao fim de minha viagem sobre aquele incomensurável pélago, mas não há meio de sair da água. Alguns recifes do lado de fora, ameaçadores vagalhões em torno, um rochedo a pino sobre profundas águas ao longo da terra: lugar algum para firmar meus dois pés com segurança... Também o acaso poderá enviar contra um monstro do mar: Anfitrite é famosa por seus monstros. Sei que o Abalador da Terra (Poseidon) não ama Ulisses."

(Odisséia, p.67)

Apesar dos perigos que representa e do terror que incute aos navegadores, em particular até o século XVIII, o imaginário marítimo, sobretudo para os românticos significa um retorno ao ventre criador.

Essa atração está radicada nas lembranças do mar enquanto meio primordial da vida, à semelhança do útero materno e seus líquidos para o qual o ser humano gostaria de voltar. Na própria constituição do ser humano, cada um de nós recomeça sua vida individual no oceano reduzido da matriz maternal, repetindo nos diferentes estágios de seu desenvolvimento embrionário as etapas pelas quais sua espécie evoluiu (Carson, 1957). De fato, em várias mitologias, como a egípcia, a hindu, o mar está associado à origem da vida.

Por outro lado, os antecessores do *homo sapiens* teriam vindo do oceano. Num dos vários períodos glaciares, o mar se retirou da terra e muitos seres marinhos ficaram presos em águas rasas, passando a ocupar um ambiente aquático e terrestre. Posteriormente, desenvolveram pulmões e passaram a viver na terra. Alguns desses animais pré-históricos teriam voltado ao mar. Mais recentemente (50 milhões de anos), alguns mamíferos trocaram sua existência terrestre pela marítima e seus descendentes são as tartarugas, baleias, focas. O homem ainda hoje tem uma grande familiaridade com o mar. Ainda segundo Carson, a atração do homem pelo mar residiria na lembrança confusa de sua ascendência. De alguma forma, o homem sempre teria tentado voltar ao mar, não como as focas e as baleias, mas usando sua inteligência e sua tecnologia, construindo barcos, batiscafos e submarinos.

Essa atração pelo mar se reflete, segundo Carson (1957) na semelhança de composição, em sais minerais do sangue humano e da água do mar. No livro intitulado: *O mar que nos rodeia*, escreveu:

"(...) peixes, anfíbios, répteis, pássaros com sangue quente, mamíferos, cada um deles carrega em suas veias um fluido salino que combina o sódio, o potássio e o cálcio quase na mesma proporção que a água do mar. Esta herança remonta a milhões de anos, quando nossos ancestrais passaram do estado unicelular ao pluricelular, elaborando um sistema circulatório, onde o líquido era constituído pela água do mar."

Essa introdução teve por objetivo mostrar que, ao contrário do que ocorre com a percepção e estudo dos mares pela ciência moderna-positivista, por largo período da história da humanidade, os oceanos não eram simplesmente uma realidade físico-biológica, mas eram povoados por seres humanos e não-humanos, por monstros e divindades. No entanto, mesmo hoje, somente para uma ciência reducionista o oceano é uma realidade somente material, despovoada de seres humanos e seus símbolos. Essa concepção totalizante ainda subsiste entre as populações marítimas que mantêm um contato estreito com o mar e dele tiram sua subsistência. Essas populações humanas tem uma percepção complexa do meio-marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos (ventos, marés, reprodução dos cardumes de peixes) que hoje começa a ser explorado pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar.

Há uma tendência entre muitos cientistas naturais a achar que os conhecimentos sobre o oceano começaram com os grandes cruzeiros oceanográficos do século XIX. Na verdade, o que se sabe sobre os mares é fruto de um acúmulo de informações que se iniciou quando o homem primitivo começou, da terra, a observar o mar e os seres que nele viviam.

O Mar-Oceano como Espaço de Vida e Objeto de Estudo

Até a Idade Moderna, sobretudo até a época das grandes viagens ibéricas, o mar-oceano era objeto de um misto de explicações míticas, religiosas, no qual o homem estava sempre presente, seja como habitante de ilhas e terras longínquas, seja como navegante e descobridor. Nesse tipo de conhecimento arcaico, no dizer de Morin (1986) coexistiam formas de conhecimento e ação simbólicas, míticas e mágicas como também formas empíricas, técnicas e racionais.

O conhecimento dos mares se desenvolve concomitantemente ao conhecimento das artes de navegação em várias regiões do mundo, incluindo o Mediterrâneo, a Ásia e a Polinésia. Nosso conhecimento ocidental se concentrou a partir do *Mare Nostrum*, o Mediterrâneo, bloqueado física e culturalmente pelas Colunas de Hércules, o estreito de Gibraltar. Por séculos, ultrapassar esse marco era entrar no Mar Tenebroso.

Uma grande parte da história civilizatória e científica deu-se no Mare Nostrum - Mediterrâneo, centro do mundo conhecido.

O conhecimento que se tem do "ecúmeno" grego (terra habitada e conhecida) até o final da Idade Média se baseou na idéia de Ptolomeu (séc. II d.C.) em que a terra é representada por um disco, onde os três continentes aparecem rodeados pelo oceano. Desde os tempos helênicos já se sabe que o mar modela a geografia costeira; conhece-se a influencia da lua sobre as marés, ainda que muitas das explicações sejam fantasiosas, diretamente ligadas às narrativas bíblicas.

O "ecúmeno" conhecido pelos antigos começou a se ampliar consideravelmente com as primeiras viagens marítimas que ultrapassaram as temidas Colunas de Hércules - o Gibraltar. Os primeiros relatos conhecidos da transposição do estreito de Gibraltar foram contemporâneos da viagem de Ulisses, relatada por Homero na *Odisséia*, cerca de 1.000 a.C. Já desse período há o relato da viagem de Tabnit, navegador fenício que cerca de 950 a.C. teria ultrapassado o Gibraltar, indo explorar as ilhas além de Cadiz, quando o rei Hiran reinava em Tiro (Fenícia) e Salomão, em Jerusalém (Föex & Laffont, 1964). Nesse período, os fenícios já conheciam bem o Mediterrâneo, tendo estabelecido colônias no norte da África (Cartagena) e ao sul da Espanha. Nesse período já conheciam também a história de Atlântida, ilha do Atlântico que teria desaparecido por volta de 10.000 a.C., ao fim da glaciação que nesse período teria elevado em mais de 100 metros as águas do Atlântico.

Por volta de 600 a.C., Solon se referia à civilização avançada dos Atlântidas, com informações recolhidas junto aos sacerdotes egípcios durante o reinado de Saís. Platão, nos diálogos entre *Time* e *Critias*, entre 428 e 347 a.C. descrevia a ilha como constituída de um vale fértil cercado de montanhas, no qual estava construída a capital dos Atlântidas, destruída, segundo ele por tremores de terra e inundações. Segundo Föex, essa descrição de Platão se baseia na história oral passada de geração em geração e nos relatos dos pilotos fenícios.

Pelo ano 500 a.C., segundo relato reproduzido pelo romano Avenius, escrito mil anos mais tarde, o cartaginês Himilcon teria chegado à Escandinávia e ao Mar Báltico. Himilcon teria descrito o Oceano Atlântico assim:

"É difícil percorrer esses mares em quatro meses... nenhuma brisa empurra o navio, tal é a inércia do vento preguiçoso sobre o mar móvel. Há muitas algas entre as vagas...Existem monstros marinhos que nadam entre os navios, que pouco avançam...."

Himilton também teria descrito o Oceano Atlântico ao oeste das Colunas de Hércules como um mar sem limites, onde ainda ninguém havia navegado.

Nesse período também, os cartagineses teriam explorado a costa ocidental africana, descobrindo as ilhas de Açores e Madeiras, chamadas posteriormente de "ilhas afortunadas".

A primeira "viagem oceanográfica" teria sido empreendida, segundo Raquel Carson pelo marselhês Pythéas, cerca de 330 a.C. que desejava saber até onde se estendia o "Ecúmeno" , banhado pelo Oceano. Nesse período já predominava a concepção de mundo pelos gregos, segundo a qual o Oceano era um grande rio que contornava os limites do mundo, situado entre a entrada da Terra e o começo dos Infernos. O homem que ousasse ultrapassar o Mediterrâneo, o único mar, teria que passar por uma noite horrível, carregada de brumas e nevoeiros, de onde jamais retornaria.

Pythéas, em seu escrito intitulado "Descrição dos Oceanos", documento perdido mas citado posteriormente, teria chegado à Islândia, habitada por povos bárbaros, onde segundo ele, as noites são curtas. Pythéas voltou à Marselha carregado de âmbar e outras riquezas (Dreyer-Eimbcke, 1992). Posteriormente, Posidônio empreendeu uma viagem de Rodes a Cadis para medir as marés e averiguar se, de fato, o sol se punha no Atlântico fazendo um ruído semelhante ao de um ferro incandescente tocando as águas.

Foi necessário esperar mil anos após Pythéas para encontrar um outro relato marítimo, o do norueguês Ottar, que descreveu a viagem do rei Alfredo aos mares do Norte, desta vez isenta de terrores e monstros. Essa viagem feita provavelmente entre os anos 870 e 890 d.C. já é quase contemporânea à dos *Vikings*. Segundo Nansen, desde o século III os navegadores escandinavos viajavam pelos mares da Europa Ocidental, tendo chegado em 455 d.C. no Mediterrâneo. Ainda segundo Nansen,

"(...) os noruegueses se mostraram tão habéis na construção de seus barcos e tão bons navegadores que abriram uma nova época na história da navegação e das descobertas: graças às suas viagens, o conhecimento dos países do Norte e suas águas se transformou de maneira dramática. (...) Eles não conheciam nem bússola nem instrumentos astronômicos, mas guiavam-se pelo sol, pela lua e pelas estrelas." (Carson, 1957)

Os sábios medievais do Mediterrâneo, no entanto, mesmo conhecendo a saga dos Normandos, tratavam o Oceano-limite do mundo como Mar Escuro e Tenebroso. É o caso do célebre geógrafo árabe Idrisi que, em 1154, redigiu para o rei da Sicília uma descrição da terra acompanhada por 70 mapas na qual mostrava as terras conhecidas sendo cercadas pelo Mar Tenebroso.

Na Idade Média, o mundo cristão buscava o "paraíso terrestre", de onde haviam sido expulsos Adão e Eva. Para encontrar esse lugar das delícias havia que cruzar o Mar Tenebroso, cheio de monstros e sereias. Dante, na Divina Comédia reescreve a saga de Ulisses que, desta vez, ultrapassa as Colunas de Hércules desafiando a proibição divina. Ulisses perambula pelo Atlântico, seguindo o sol e encontra novas terras desconhecidas e desabitadas bem como a montanha do paraíso mas naufraga diante dela, castigado em virtude de sua curiosidade insensata (Giucci, 1972).

Proliferam também as lendas dos santos viajantes, das quais a mais célebre é a viagem de São Brendão que no século V teria viajado pelo Oceano Atlântico em busca de uma ilha onde se encontrava o paraíso. O santo, segundo a lenda, descobriria essa ilha desabitada, com castelos abandonados, construídos com ouro e pedras preciosas, abadias ricas e belas. Em

meio ao Oceano Tenebroso encontrava-se o maravilhoso e apesar do caráter alegórico da viagem de São Brendão, as ilhas por ele visitadas constavam dos mapas-mundi do séc.XVI, evidenciando a ligação entre o imaginário e a ciência. No entanto, em maio de 1291, dez anos antes da Divina Comédia, os armadores genoveses Ugolino e Vadino Vivaldi cruzavam o estreito de Gibraltar à busca de riquezas, antecipando-se de dois séculos a empresa de Cristovão Colombo.

Nos séculos XIV e XV, as navegações dos genoveses, catalães e maiorquinos desafiavam as proibições e as ameaças divinas, em busca de riquezas. Contribuíram para isso o aparecimento da bússola, inventada pelos chineses e introduzida no Mediterrâneo pelos árabes no século XIII; do astrolábio e da vela latina, do timão na proa (em vez do lateral) e de navios mais apropriados às grandes viagens (Croix, 1964). A partir do século XIII começaram a aparecer os "portulanos", cartas náuticas que descreviam portos e rotas náuticas conhecidas.

Nessa rápida descrição das navegações anteriores à descoberta da América por Colombo não podem ser deixados de fora os grandes navegadores da Polonésia que por séculos anteriores perambulavam em suas canoas gigantes pelo Oceano Pacífico, guiados pelos pássaros, pelas correntes e pelos astros e que nos meados do sec.XIV saíram do Tahiti para colonizar a longínqua Nova-Zelândia. Nem tampouco os navegadores chineses que já conheciam a bússola e em suas navegações teriam chegado ao Moçambique.

O importante a assinalar é que durante todos esses séculos anteriores a Colombo, o conhecimento científico dos oceanos se misturou aos mitos e ao imaginário. Parte desses últimos começaram a ruir no período das grandes navegações, mas contribuíram, ao lado dos interesses comerciais para as grandes descobertas ocidentais.

O conhecimento dos mares resultou, portanto, mesmo antes do advento da ciência chamada "moderna" ou positivista, de um acúmulo crescente de conhecimento resultante das atividades de navegação e pesca. A pesca, tanto local, quanto nacional ou internacional (a da baleia, do arenque, do bacalhau) e o conhecimento acumulado desses pescadores constituíram-se, de alguma forma, na base do conhecimento científico atual. É interessante se observar, por exemplo, que a primeira organização internacional de oceanografia, o Conselho Internacional para a exploração do mar, foi criada em 1902, em seguida à crise na pesca da sardinha no oeste da Suécia.

Nada portanto mais enganoso que atribuir às viagens de Darwin e do Challenger, em meados do século XIX, o início do conhecimento dos mares. Esta última, organizada a pedido da *Royal Society*, da Inglaterra, ao longo de 3 anos (1872 a 1876) percorreu os mares colhendo mais de 12.000 amostras científicas. No entanto, já no século XVII, a *Royal Society* pedia aos navegadores britânicos registrar vários dados científicos (variações magnéticas, marés, variações climáticas).

A oceanografia física se desenvolveu muito mais intensamente a partir do início do século. Os oceanógrafos já estavam organizados internacionalmente a partir de 1919 na ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE OCEANOGRAFIA FÍSICA (AIOP). Como não existia ainda uma associação oficial dos oceanógrafos biológicos, estes foram convidados para participar no congresso da AIOP de 1922, como uma sub-seção, mas os biólogos se recusaram a estar presentes nessa condição. Em 1957 criou-se a SCOR - COMITÊ CIENTÍFICO DE PESQUISA OCEANOGRÁFICA, que reunia pesquisadores dos países industrializados. A criação da COI, COMISSÃO OCEANOGRAFIA INTERNACIONAL pela UNESCO, formada em 1960 por 40 membros

em grande parte dos países industrializados, possibilitou posteriormente a participação de oceanógrafos físicos e biológicos dos países do Terceiro Mundo (UNESCO, 1983).

A Compartimentalização da Ciência dos Mares

Hoje, o conhecimento dos mares, seus processos ecológicos e seus habitantes, tanto humanos quanto não-humanos se encontram esfacelados, da mesma forma que outros campos do saber. Os mares e oceanos são objeto de disciplinas parecidas àquelas que estudam os espaços e processos continentais (geologia marinha, oceanografia física, química, biológica, etc.). Até recentemente estavam ausentes totalmente as ciências humanas, com se o mar e os oceanos fossem grandes vazios, povoados somente por espécies de peixes e aves marinhas. E, no entanto, sabemos que os mares, desde a antigüidade estiveram habitados por navegadores, piratas, pescadores. Alguns deles habitavam os mares de forma temporária (navegadores, piratas, por exemplo) e outros de forma permanente ou quase (pescadores asiáticos que moram, com suas famílias em seus barcos).

Mesmo a atividade pesqueira realizada por pescadores artesanais ou industriais era analisada somente em termos de tecnologias (esforço de pesca, etc.) como se fosse possível analisar os instrumentos de captura separados de quem os utiliza, da repartição do produto capturado, etc. No fundo, a análise da pesca era "naturalizada", como se fosse um ato "natural", da mesma forma que uma gaivota mergulha para capturar sua presa.

As razões para a ausência das ciências sociais podem ser explicadas por fatores tanto internos quanto externos a elas.

O fator externo se refere, em grande parte, à percepção mesma dos cientistas naturais (sobretudo os oceanógrafos físicos e químicos) que estudavam os mares como grandes vazios humanos, sem população permanente que pudesse interferir nos grandes processos ecológicos. Por outro lado, como afirmamos antes, os especialistas em oceanografia biológica estudam a retirada da biomassa pela atividade pesqueira como um processo meramente tecnológico, independente das variáveis culturais. A própria administração pesqueira se torna, para eles, um processo de controle da retirada da biomassa, através da restrição ao esforço de pesca. Os parâmetros naturais tornam-se critérios exclusivos para a manutenção dos estoques pesqueiros, independentemente dos hábitos alimentares humanos, da existência ou não de mercado, etc. É o caso de se utilizar somente o MSY (produção máxima sustentável) como parâmetro único de uma captura ótima. Para se chegar a tanto propõem-se "quotas", "defesos", etc. como medidas meramente técnicas e que, ao final, são fadadas ao fracasso por falta de aceitação dos próprios pescadores. Os interesses e motivações sociais, mesmo as limitações do mercado não são levados em consideração para a determinação de um "ótimo" de captura, pois os critérios são meramente "ecológicos", em busca de uma situação de equilíbrio na natureza (homeostasis), proposição hoje contestada entre os próprios biólogos e ecólogos.

Um outro fator externo é a visão muito difundida entre os cientistas naturais (e outros), até recentemente, de que o mar é um grande vazio humano povoado somente por seres não-humanos. Desconhece-se que ele é, na verdade, cheio de "marcas", indicadoras de "territórios", estabelecidas por pescadores artesanais dentro do processo tradicional de captura. Essa visão de "território vazio" acabou sofrendo uma contestação mais frontal com o estabelecimento, por parte dos Estados, dos mares territoriais e das zonas econômicas exclusivas, consolidadas na recém-aprovada Lei do Mar (1984). Mesmo certos fenômenos

"naturais" como a migração entre fronteiras marítimas nacionais de espécies de pescado de alto-mar, como o atum (*stradling stocks*) tornaram-se fenômenos "políticos", geradores de conflitos internacionais, na medida em que cada país se acha no direito de capturá-los quando esses peixes migradores passam em seus mares territoriais ou em suas zonas econômicas exclusivas.

Outro fator externo adicional para explicar a ausência das ciências humanas nos estudos marítimos é que a visão preservacionista "pura" de muitos cientistas naturais, para os quais qualquer intervenção humana no mar é, em geral, perniciosa para o mundo "selvagem". O oceano seria a última fronteira "natural ou selvagem", uma vez que a maioria dos ecossistemas terrestres teriam sido afetados negativamente pela ação humana. À semelhança do que ocorre com as áreas continentais, propõem-se "parques nacionais marinhos", onde mesmo os pescadores tradicionais que aí pescavam por séculos sem danificar os recursos pesqueiros não podem mais entrar. Muitos cientistas naturais e ecologistas ignoram que as "comunidades humanas" tradicionais desenvolveram, ao longo dos séculos, formas engenhosas de conservação dos habitats marinhos e seus recursos, estabelecendo áreas onde os próprios homens não podem penetrar, por serem sagradas, locais onde habitam divindades que não podem ser perturbadas. (Bourgeoignie, 1972; Diegues, 1993). Um exemplo disso é o estabelecimento de "ilhas e mares adjacentes sagrados", somente utilizados ocasionalmente para rituais de iniciação.

Um fator que está afetando essa visão naturalista de mares intocados é o próprio "efeito estufa", provocado pelas atividades humanas modernas, que poderá provocar alterações do nível médio do mar em algumas décadas, com resultados desastrosos para as populações humanas que habitam litorais baixos.

Quanto aos fatores internos, a ausência das ciências humanas no estudo das populações humanas que vivem direta ou indiretamente dos mares se deve, em grande parte, às ciências sociais, pois até recentemente o estudo das comunidades marítimas se inseria dentro do estudo do "mundo rural". O litoral, a costa, o mar e o oceano eram simplesmente extensões do continente e as populações que viviam desses ecossistemas eram considerados "camponeses" e assalariados marítimos (no caso da navegação costeira ou oceânica) para os quais as cidades litorâneas e as zonas costeiras representam espaço de moradia.

Até a monografia clássica de Bronislaw Malinowski: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922, os antropólogos evolucionistas viam na pesca um estágio civilizatório que antecederia a agricultura e a sedentarização. Esse enfoque foi duramente criticado pelos antropólogos funcionalistas, entre os quais o próprio Malinowski. (Breton, 1989; Pálsson, 1989). Ele estudou a sociedade dos insulares tonbriandeses, analisando suas viagens marítimas para o exercício do ritual do "kula" entre as várias ilhas da Polinésia. Suas análises sobre as funções das crenças religiosas, dos mitos e da magia contribuíram para sistematizar um novo campo do conhecimento antropológico. No entanto, apesar de estudar uma sociedade tipicamente marítima, sua obra pouco contribuiu para o surgimento de uma antropologia dos povos marítimos.

Somente em 1946 R. Firth, antropólogo funcionalista, produziu uma monografia sobre os pescadores malaios. Firth, nesse trabalho, utilizou indistintamente os termos "economia de pescadores" e economia camponesa. Para ele, a economia pesqueira malaia apresentava analogias estruturais com a economia camponesa e podia ser tratada como parte desta. Para ele, as diferenças entre ambas residiriam mais no tipo de recurso natural utilizado do que na

sua organização social, ainda que Firth diferenciasse o camponês oriental do europeu. Para Firth, o camponês malaio pode ser agricultor numa estação do ano e pescador em outra e mesmo que as pessoas ocupadas nessas atividades não sejam necessariamente as mesmas, estão freqüentemente interligadas por valores e instituições comuns. Em trabalho posterior, no entanto (Firth, 1970), esse antropólogo fez uma diferenciação entre o "camponês" e os demais pequenos produtores, como os artesãos e os pescadores, baseada no tipo de acesso aos recursos naturais (terra e produtos do mar). Ainda assim, a contribuição teórica de Firth se fez sentir mais intensamente na criação de uma antropologia econômica do que de uma antropologia marítima. Como afirma Breton (1989):

"Habiendo surgido en una época de revisión y ajustes importantes en el plano de la teoría y del método antropológicos, los primeros estudios de las sociedades pesqueras contribuyeron más a la discusión de problemas disciplinarios generales que al fomento de un interés vigoroso en el estudio de los productores haliéuticos." .(p.44)

A inserção ou não das sociedades de pescadores no mundo camponês causou muito debate entre os antropólogos e sociólogos (Wolf, 1966; Mourão, 1971; Diegues, 1973, 1983; Ivo, 1975) e ainda continua sendo objeto de debates, sobretudo naquelas situações em que o pequeno produtor combina pesca e atividades agrícolas. Contudo, como afirma Geistdoerfer (1988), os conceitos utilizados até hoje para analisar as sociedades camponesas, tais como a unidade familiar, a renda da terra, o consumo familiar, dificilmente se aplicam à realidade social dos produtores marítimos e às práticas fora "da gente do mar".

No entanto, o estudo das sociedades marítimas, sobretudo a dos pescadores começou a ganhar corpo com os estudos dos antropólogos e sociólogos que estudaram o Atlântico Norte e as comunidades de pescadores de grande tradição marítima. Breton (1989) cita os trabalhos de Barnes (1954), Blehr (1963) e Barth como pioneiros nessa nova fase de estudos dos pescadores do Mar do Norte, em que sobressai a preocupação com a mudança social. As pesquisas realizadas nessa área foram publicadas por Anderson e Wadel em 1972 numa coletânea intitulada: *North Atlantic Fishermen: anthropological essays on modern fishing*.

Contemporaneamente, no entanto, trabalhos de antropologia que enfocam especificamente as sociedades de pescadores começaram a ser publicados em outras regiões do mundo. Assim, em 1960 e 1966 publicaram-se trabalhos sobre comunidades de pescadores no sul da Tailândia. Entre 1967 e 1970, Forman estudou os pescadores de jangada do nordeste brasileiro, o mesmo acontecendo com Kottac (1966) ao estudar comunidades de pescadores da Bahia (Brasil). No início da década de 70, Breton publicou seus primeiros trabalhos sobre os pescadores do Canadá e, no Brasil, Mourão (1967, 1971) e Diegues (1973) estudaram os pescadores do litoral sul de São Paulo.

Também, no início da década de 70, começaram a surgir os primeiros centros organizados de pesquisa sobre as comunidades marítimas e de pescadores. Em 1970 foi fundado em Paris o CENTRO DE ETNO-TECNOLOGIA EM MEIO AQUÁTICO, reunindo pesquisadores de ciências humanas do Museu Nacional de História Natural. Já alguns pesquisadores da Holanda estão reunidos em torno da revista *Maritime Anthropological Studies* que começou sua publicação em 1988. Na Dinamarca existe o CENTER FOR NORTH ATLANTIC STUDIES, reunindo diversos antropólogos da Escandinávia.

Além disso, é crescente o número de cursos de Antropologia Marítima em departamentos de sociologia e antropologia em vários países do mundo. Em razão desses avanços pode-se dizer que a partir da década de 80, a antropologia marítima pode ser

considerada uma sub-disciplina específica inserindo-se no domínio da antropologia social, caracterizando-se por uma crescente coerência interna (Breton, 1989).

As metodologias de análise são muito diferenciadas, mas algumas tendências dominaram a produção científica: a ecologia cultural se concentrou nos estudos da adaptação do homem marítimo a um ambiente muito particular e distinto da terra, enfatizando os aspectos tecnológicos e organizacionais; a ecologia humana enfatiza os aspectos bio-energéticos das populações marítimas em busca do alimento, e a antropologia neo-marxista enfoca principalmente a penetração das relações capitalistas de produção na pesca artesanal, entendida como modo de produção mercantil.

A Sócio-Antropologia das Comunidades Marítimas no Brasil

Até 1950, o número de publicações sobre comunidades marítimas brasileiras foi relativamente reduzido. No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947) e Mussolini (1945) que descreveram o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores do Estado de São Paulo. Entre 1950 e 60 houve uma contribuição significativa dos geógrafos humanos que descreveram vários aspectos da distribuição e formas de vida dos pescadores entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina (França, 1954; Berrardes, 1958; Brito Soeiro, 1961). Pode-se afirmar que, com raras exceções, eram trabalhos mais descritivos e empíricos, sendo que, no final da década, apareceram alguns trabalhos dirigidos ao "estudo de comunidades" (Carvalho *et alii*, 1969).

A partir de 1960, alguns trabalhos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando sobretudo a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos. Destacam-se os trabalhos dos sociólogos Mourão (1967, 1971), Diegues (1971, 1983) e dos antropólogos Kottak (1966), Forman (1970).

Na década de 70, as pesquisas e trabalhos são ainda mais numerosos, destacando-se aqueles que se preocuparam principalmente com o estudo das relações entre as comunidades de pescadores artesanais e a nascente indústria pesqueira (Ivo, 1975), Ximenes (1975), Diegues (1983).

O surgimento da pesca industrial-capitalista no litoral norte do Brasil e os problemas daí decorrentes foram uma das causas para uma crescente produção científica, centrada no MUSEU EMÍLIO GOELDI - Pará (Mello, 1985; Loureiro, 1985; Penner, 1984; Furtado, 1987).

Além disso, é necessário se mencionar os trabalhos dos antropólogos Maldonado (1986), Duarte (1978), Lessa (1980) e Beck (1979) que estudaram pescadores artesanais no Nordeste, Leste e Sul do Brasil.

Em 1986 alguns cientistas sociais se reuniram em Brasília no *I Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, para trocar informações sobre pesquisas sendo realizadas no âmbito das populações humanas e o mar. Esses encontros continuaram a se realizar em 1988 e 1989 na Universidade de São Paulo (*II e III Encontros de Ciências Sociais e o Mar*), organizados pelo PROGRAMA DE PESQUISA SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS DO BRASIL. Nesses encontros participaram antropólogos, lingüistas, cientistas políticos, sociólogos, etc. Em 1990 realizou-se, no MUSEU E. GOELDI, em Belém do Pará o *IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. De todos esses encontros foram publicadas atas contendo inúmeros trabalhos nas várias disciplinas das ciências humanas. Como resultados desses esforços foi criado, em 1992, o

CENTRO DE CULTURAS MARÍTIMAS (CEMAR), ligado à Universidade de São Paulo, reunindo cientistas sociais de todo o país.

As Justificativas para uma Sócio-Antropologia do Mar

O viver exclusivamente de um ambiente marítimo, ecologicamente distinto do "continental", é um elemento fundamental ainda que não necessariamente determinante de toda uma "cultura marítima" tão presente nos portos de pesca tradicionais de inúmeros países do mundo.

Como afirma Geistdoefer (1988), os conceitos utilizados até hoje para analisar as sociedades camponesas tais como família, salário e propriedade, dificilmente se aplicam à realidade social marítima e às práticas da "gente do mar". As comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas. A constituição histórico-cultural dessas comunidades marítimas está relacionada, de alguma forma, com o distanciamento da "terra" enquanto lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sócio-cultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca empresarial-capitalista, passam uma parte considerável de seu tempo.

É importante se ter em conta que somente uma parte das "comunidades litorâneas" se transformaram em comunidades marítimas. Grande parte delas, sobretudo as que combinam pesca e agricultura em ambientes fechados (baías, lagunas, estuários), são comunidades litorâneas mas não necessariamente marítimas (Mourão, 1971; Diegues, 1983).

O "particularismo" das comunidades marítimas, como foi dito antes, está relacionado com o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d'água (burrascas, tempestades, maremotos) e colocam continuamente em risco a vida dos que nele trabalham. Os recursos naturais renováveis, em particular as espécies de peixe, são móveis e muitas vezes "invisíveis", reproduzindo-se e migrando de um ambiente a outro, obedecendo a complexos padrões de reprodução biológica.

Essas características fazem parte do objeto de estudo das Ciências Naturais (oceanografia física, biológica, etc.) mas são as práticas sociais, econômicas e simbólicas da "gente do mar" sobre a realidade física o objeto da sócio-antropologia marítima.

Os homens, ao longo da história, ao explorar, gerir e imaginar o mar e seus recursos, elaboraram diversos modos de apropriação social, econômica e cultural, ligados ao ambiente marinho. As práticas sócio-culturais da "gente do mar" dão ao ambiente marítimo uma dimensão antropológica e são marcadas pelas propriedades naturais socializadas. Essas práticas, no entanto, não são generalizáveis e dependentes exclusivamente do meio "natural" socializado, mas também das formas de organização da produção, em particular das formas pré-capitalistas e capitalistas de produção.

É importante afirmar-se, no entanto, que ao contrário da agricultura, onde os fatores naturais são mais controláveis (irrigação, fertilizantes, etc.), na pesca marítima há um alto grau de imponderabilidade, de risco pela própria natureza dos recursos naturais, de um lado, e pelo fato do mar ser um bem "comum", de outro, de livre acesso. Mesmo nos inúmeros casos em que há certos mecanismos de controle sobre o "território marítimo" por transmissão hereditária ou comunitária de "locais de pesca", a atividade pesqueira é sempre oscilante e

imprevisível (Maldonado. In: Diegues & Salles, 1988). Mesmo nesses casos, o pescador marítimo deve reconstituir, segundo suas possibilidades e os fatores naturais, a sua zona de pesca e produção em relação a outros pescadores e ocupantes do espaço marítimo (navegadores, perfuradores de poços de petróleo). Nesse sentido, o mar é um espaço de competição.

Essa característica de "mar socializado", de "livre acesso" (pelo menos teórico) combinada às outras variáveis naturais marcam indelevelmente as comunidades marítimas como "móveis" e dependentes da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros. Essas características estão na base mesmo das limitações no processo de acumulação e das relações sociais de produção marcadas pela "partilha". Este sistema de remuneração da força-de-trabalho, por quinhões ou "partes", é usado mesmo pela pesca empresarial-capitalista. Como analisamos anteriormente (Diegues, 1983), a persistência dessa forma não tipicamente capitalista de remuneração da força-de-trabalho não é causada exclusivamente por fenômenos naturais, mas, principalmente, pela própria dinâmica do capital e pela proletarianização progressiva dos "trabalhadores do mar" (subordinação formal do trabalho ao capital). Nesse sentido é fundamental a discussão levantada por Mordrel (1972) e Bidet (1974) ao considerar o "sistema de partes" como uma máscara ideológica (pretensa participação do trabalhador do mar no produto final) para melhor explorar a força-de-trabalho (Diegues, 1983).

Enfim, em sua relação com o mar, "os pescadores marítimos" não somente elaboram uma imagem de si próprios (Laberge. In: Diegues & Salles, 1988), mas criam mitos e práticas rituais bem como classificam os recursos naturais segundo categorias específicas (Duarte, 1976; Silva, 1988) e têm linguajar próprio (Silva & Brandão, 1988). Ao contrário de comunidades de pescadores que vivem em ecossistemas litorâneos abrigados, as sociedades marítimas desenvolveram práticas rituais variadas, em geral destinadas a aplacar espíritos do mar. Esses rituais variam segundo o fato de ser o mar ou os recursos naturais o produto simbólico e dominante (Geistdoerfer, 1988). Há de um lado os rituais de acesso ao mar e de retorno do mar e também os rituais de acesso aos recursos. Face aos recursos variáveis, incontrolláveis e não visíveis, muitas comunidades marítimas desenvolveram mitos e rituais que protegem principalmente os locais de reprodução das espécies (Bourgoignie, 1972).

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSEN, R. & WALDEL, C. - 1972 North Atlantic Fishermen. Toronto: Memorial Univ. of Newfoundland.
- BARNES, J. - 1954 "Class and Committee in a Norwegian Island Parish". In: Human Relations, 7: 33-59.
- BECK, A. - 1979 Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório. Santa Catarina. Trabalho apresentado ao Concurso de professor titular na área de Antropologia das Sociedades Rurais da UFSC.

- BERNARDES, S. - 1958 “Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara”. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.02.
- BERNARDES, S. - 1950 “A pesca no litoral do Rio de Janeiro”. In: Revista Brasileira de Geografia, n° 1/ ano XII.
- BIDET, J. - 1974 “Sur les raison d’être de l’idéologie: rapports sociaux dans le secteur de la pêche”. In: La Pensée, n° 174, abril.
- BLEHR, O. - 1963 “Action groups in a society with bilateral Kinships: a case study the Faroe Islands”. In: Ethnology, n° 2, 269-75pp.
- BOURGOIGNIE, G. - 1972 “Ethnoécologie d’une collectivité régionale: les cités lacustres en Dahomey”. In: Canadian Journal of African Studies, n°6.
- BRETON, Y. & ESTRADA, E. L. - 1989 Ciências Sociales y Desarrollo de las Pesquerías: Modelos y Métodos Aplicados al Caso de México. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia. (Colección Divulgación)
- BRITO, B. G. B. - 1982. História Trágico-Marítima I. Publicações Europa-América.
- _____ - 1985. História Trágico-Marítima II. Publicações Europa-América.
- BRITO, S. - 1960 “Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro”. In: Estudos, Ensaios e Documentos. Lisboa.
- CÂMARA CASCUDO - 1957. Os Jangadeiros. Rio de Janeiro, MEC.
- CARSON, R. L. - 1957. Cette Er Quis Nus Enloure. Paris, Et Ouvrage.
- CARVALHO, A. et alii - 1969. Comunidades Isoladas. São Paulo, SPV.
- CARVALHO, E. A. (org.) - 1981. Godelier: Antropologia. São Paulo, Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 21)
- CASCAES, F. - 1989. O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC.
- CORBIN, A. - 1989. O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental. Trad. Paulo Neves, São Paulo, Companhia das Letras.
- CORDELL, J. - 1967. “The Lunar Tide Fushing Cycle in Northeastern Brazil”. In: Ethnology, v. 13, outubro.
- CROIX, R. - 1964. Des Navires et des Hommes: Histoire de la Navigation. Paris, Fayard.
- CUNHA, L. H. - 1987. Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Brarra da Lagoa. São Paulo. Dissertação (Mestrado), PUC.
- _____ - 1989. Reservas Extrativistas para Regiões de Mangue: uma proposta preliminar para o estuário de Mamanguape. São Paulo, NUPAUB-USP.
- DIEGUES, A. C. S. - 1993. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____ (org.) - 1989. “Ciências Sociais e o Mar no Brasil”. In: Coletânea do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, NUPAUB-USP.

- _____ - 1983. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo, Ática. (Ensaio; 94)
- _____ - 1973. A Pesca no Litoral Sul de São Paulo. São Paulo. Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP.
- DIEGUES, A. C. & SALLES, R. (orgs.) - 1988 “Ciências Sociais e o Mar no Brasil”. In: Coletânea do II Encontro. São Paulo, NUPAUB-USP.
- DUARTE, F. D. - 1978 As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DURHAM, E. R. (org.) - 1986 Bronislaw Malinowski: Antropologia. São Paulo, Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 55)
- EIMBCKE-DREYER, O. - 1992 O Descobrimento da Terra: História e Histórias da Aventura Cartográfica. Trad. Alfred J. Keller. São Paulo, Melhoramentos, EDUSP.
- FIRTH, R. - 1970 . “Social Structure and Peasant Economy: the Influence of Social Structure upon Peasant Economies”. In: WHARTON Subsistence agriculture and economic development. Frank Less.
- _____ - 1946. The Malay Fishermen: their Peasant Economy. London.
- FÖEX, J. - 1964 Histoire Sous-Marine des Hommes: Dix Mille Ans Sous les Mers. Paris, Robert Laffont..
- FORMAN, S. - 1970. The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy. EUA, Indiana University Press.
- FRANÇA, A. - 1954 “A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana”. In: Boletim de Geografia. São Paulo, USP, n.10.
- FURTADO, L. - 1987 Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará. Belém, Museu Emilio Goeldi.
- GEISTOERFER, A. - 1988. “Recherches et Documentations”. In: Anthropologie Maritime. Paris.
- GIUCCI, G. - 1992 Viajantes do Maravilhoso. São Paulo, Companhia da Letras.
- HARDIN, G. - 1968 “The Tragedy of the Commons”. In: Science, n.162:1243-8pp.
- HOMERO - 1985 A Odisséia (Em Forma Narrativa). Trad. Fernando C. A. Gomes. Rio de Janeiro, Ediouro.
- IVO, A. - 1975. Pesca, Tradição e Dependência: um Estudo dos Mecanismos de Sobrevivência de uma Atividade Tradicional na Área Urbano-Industrial de Salvador. Bahia. Dissertação (Mestrado), UFBA.
- KOTTAK, C. - 1983. An Assault on Paradise. Michigan, Ann Arbor Univ. of Michigan Press.
- KOTTAK, C. - 1966. The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community. Columbia, Univ. Press.
- LABERGE, J. - 1988. “As Naturezas do Pescador”. In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. - II Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.

- LESSA, R. - 1980. "Pescadores e cidadãos: o caso de Itaipu". In: Anais do 1º Seminário sobre Pesca Artesanal. Belém, INPA.
- LOUREIRO, V. - 1985 - Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia. Belém, Museu Emilio Goeldi.
- MALDONADO, S. - 1991. Entre dois Meios. Brasília. Tese (Doutoramento), UnB.
- _____ - 1988 "No Mar: Conhecimento e Tradição". In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. - II Encontro de Ciências Sociais e O Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.
- _____ - 1986. Pescadores do mar. São Paulo, Ática.
- MALINOWSKI, B. - 1992 Argonauts of the Western Pacific. Illinois, Waveland Press.
- MAURIAC, F. - 1939 Les Chemins de la Mer. Paris, Éditions Bernard Grasset.
- MELLO, A. F. - 1985 A Pesca sob o Capital: a Tecnologia à Serviço da Dominação. Belém, UFPA.
- MORDREL, L. - 1973 Les Institutions de la Pêche Maritime: Histoire et Évolution: Essai d'interpretation sociologique. Paris. Doutoramento (Tese).
- MORIN, E. - 1986 Método III Conhecimento do Conhecimento. ??? Publ. Europa-América.
- MOURÃO, F. - 1971 Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo. São Paulo. Tese (Doutoramento), FFLCH-USP.
- MOURÃO, F. - 1967 A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia. São Paulo. Mestrado (Dissertação), USP.
- MUSSOLINI, G. - 1945 "O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião". In: Revista de Sociologia, 7(3).
- PÁLSSON, G. - 1982 Representation and Reality: Cognitive Models and Social Relations Among the Fishermen of Sandgeroi, Iceland. Doct. Dissertation, Department of Social Anthropology, Univ. of Manchester.
- PENNER, M. A. - 1984. Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico. Belém. Mestrado (Dissertação), UFBA.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. - 1947. "Survey de Icapara". In: Sociologia, n.9.
- SILVA, G.- 1988. "Tudo o que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga". In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. II Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.
- SILVA, E. D. & BRANDÃO, S. - 1988. "Estudo de um Campo Semântico da Linguagem do Pescador Norte-Fluminense". In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. II Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo,
- TUNSTALL, J. - 1969. The Fishermen. Londres, MacGibbon and Cel.
- UNESCO - 1983. "Science et Droit International de la Pour L'Homme de Demain". In: Revista Impact Science et Societé. Paris, n.3/4, 261-537pp.
- WOLF, P. - 1966. Peasants. Englewood Cliffs. Prentice Hall.

WORSTER, D. - 1977. Nature's Economy: A History of Ecological Ideas. Nova York, Cambridge University Press.

XIMENES, R. & NEIVA, G. - 1975. Síntese sobre Observações Relativas à Pesca no Estado do Amazonas. Manaus, SUFRAMA.